

Universidade do Vale do Paraíba
Faculdade de Educação e Artes
Curso de Psicologia

Stefani Cristina Pereira Olimpio
Tatiane Gavazzi de Campos Ferreira

**Análise social dos fatores que influenciam o desenvolvimento infantil e sua
relação com a manifestação do Transtorno de Personalidade Antissocial**

São José dos Campos
2025

Stefani Cristina Pereira Olimpio
Tatiane Gavazzi de Campos Ferreira

**Análise social dos fatores que influenciam o desenvolvimento infantil e sua
relação com a manifestação do Transtorno de Personalidade Antissocial**

Trabalho apresentado como parte das
exigências da disciplina Trabalho de
Graduação II do Curso de Psicologia da
Faculdade de Educação e Artes da
Universidade do Vale do Paraíba.

Orientadora: Profa. Ma. Elisabete Cristina
Carnio Beltrame

São José dos Campos
2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Olimpio, Stefani

Análise social dos fatores que influenciam o desenvolvimento infantil e sua relação com a manifestação do Transtorno de Personalidade Antissocial / Stefani Olimpio; Tatiane Ferreira; orientador, Elisabete Beltrame. - São José dos Campos, SP, 2025.
51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Desenvolvimento infantil. 3. Psicologia Histórico-Cultural. 4. Transtorno de Personalidade Antissocial. 5. Fatores socioculturais. I. Ferreira, Tatiane. II. Beltrame, Elisabete, orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Psicologia. IV. Título.

Eu, Stefani Olimpio, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 8 de Dezembro de 2025.

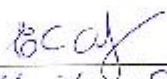
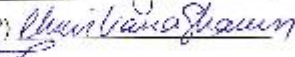
Autor(a) da Obra

Data da defesa: ____/____/____

Stefani Cristina Pereira Olimpio
Tatiane Gavazzi de Campos Ferreira

**Análise social dos fatores que influenciam o desenvolvimento infantil e sua
relação com a manifestação do Transtorno de Personalidade Antissocial**

Relatório final de pesquisa aprovado como parte das exigências da disciplina Trabalho de Graduação II do curso de Psicologia da Faculdade de Educação e Artes da Universidade do Vale do Paraíba, pela seguinte banca examinadora:

Profa. Ma. Elisabete Cristina Carnio Beltrame (UNIVAP) 
Profa. Dra. Christiana Villela de Andrade Strauss (UNIVAP) 
Prof. Ma. Bruna Mares Terra Candido (UNIVAP) 

Nota: 10,0

Profa. Dra. Ana Enedi Prince Silva
Diretora da Faculdade de Educação e Artes – FEA/UNIVAP
São José dos Campos, 27 de novembro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade do Vale do Paraíba por ter sido o espaço que nos possibilitou crescer academicamente e profissionalmente, proporcionando uma formação enriquecedora e repleta de aprendizados. Os recursos oferecidos pela instituição foram fundamentais para realização deste trabalho.

Expressamos nossa sincera gratidão aos nossos professores do curso de Psicologia, que, com dedicação, compromisso e conhecimento, contribuíram significativamente para a construção de nossa trajetória acadêmica e humana ao longo desses anos.

Manifestamos também nossa sincera gratidão à nossa orientadora, Prof^a Ma. Elisabete Cristina Carnio Beltrame, por sua orientação cuidadosa, paciência, disponibilidade e incentivo contínuo durante todo o desenvolvimento deste trabalho. Agradecemos pela confiança depositada em nós, pela sabedoria compartilhada e pelas contribuições valiosas que tornaram possível a concretização deste trabalho.

Por fim, somos imensamente gratas às pessoas que, direta ou indiretamente, nos apoiaram nessa caminhada, familiares, amigos e colegas, que estiveram ao nosso lado oferecendo apoio, compreensão e palavras de encorajamento, fundamentais para que chegássemos até aqui.

RESUMO

Esta pesquisa investigou a relação entre o desenvolvimento da personalidade na infância, as influências socioculturais e a manifestação de comportamentos associados ao Transtorno de Personalidade Antissocial, com base na Psicologia Histórico-Cultural. Ressalta-se que essa pesquisa não teve como foco a discussão sobre o diagnóstico clínico, mas sim a compreensão dos fatores socioculturais, que podem ter contribuído para a formação do sujeito e modos de funcionamento ao longo do desenvolvimento humano. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão de literatura narrativa, de abordagem qualitativa, que utilizou produções científicas disponíveis em bases como SciELO, Google Acadêmico, Pepsic e PubMed, selecionadas por descritores relacionados ao desenvolvimento infantil, Psicologia Histórico-Cultural e transtornos de comportamento. Com a análise realizada, foi possível verificar que, para prevenção da manifestação do Transtorno de Personalidade Antissocial, os principais fatores de proteção durante a infância estão relacionados à qualidade das interações estabelecidas. Ambientes acolhedores e saudáveis, a presença de figuras de cuidado estáveis e responsáveis, bem como o suporte oferecido pelo ambiente escolar, mostram-se fundamentais para a formação de vínculos seguros e para o desenvolvimento saudável da personalidade. Além disso, a literatura aborda que quando o Transtorno de Personalidade Antissocial é identificado, algumas intervenções se mostraram eficazes na redução de comportamentos de risco, tais como a inserção em atividades sociais, a participação em programas de reabilitação em ambientes institucionais, o uso de recursos farmacológicos, o fortalecimento de políticas públicas e a implementação de intervenções psicossociais, educativas e ocupacionais.

Palavras-chaves: Desenvolvimento infantil; Psicologia Histórico-Cultural; Transtorno de Personalidade Antissocial; Fatores socioculturais.

ABSTRACT

This research investigated the relationship between personality development in childhood, sociocultural influences, and the manifestation of behaviors associated with Antisocial Personality Disorder, based on Historical-Cultural Psychology. It is important to note that this research did not focus on the clinical diagnosis, but rather on understanding the sociocultural factors that may have contributed to the formation of the individual and their modes of functioning throughout human development. The research was conducted through a narrative literature review, using a qualitative approach, utilizing scientific publications available in databases such as SciELO, Google Scholar, Pepsic, and PubMed, selected using descriptors related to child development, Historical-Cultural Psychology, and behavioral disorders. The analysis revealed that, for the prevention of the manifestation of Antisocial Personality Disorder, the main protective factors during childhood are related to the quality of the interactions established. Welcoming and healthy environments, the presence of stable and responsible caregivers, as well as the support offered by the school environment, are fundamental for the formation of secure attachments and for the healthy development of personality. Furthermore, the literature indicates that when Antisocial Personality Disorder is identified, some interventions have proven effective in reducing risky behaviors, such as inclusion in social activities, participation in rehabilitation programs in institutional settings, the use of pharmacological resources, the strengthening of public policies, and the implementation of psychosocial, educational, and occupational interventions.

Keywords: Child development, Historical-Cultural Psychology; Antisocial Personality Disorder; Sociocultural factors.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Número de notificações de violência contra pessoas com deficiência segundo tipo de deficiência e natureza de violência – Brasil (2023)	28
Figura 2 - Número de notificações de violência contra pessoas com deficiência segundo natureza de violência e faixa etária – Brasil (2023)	29
Figura 3 - Distribuição do local da violência e faixa etária da vítima (2013-2023)	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
DSM -5- TR	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
PHC	Psicologia Histórico Cultural
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
TC	Transtorno de Conduta
TOD	Transtorno Opositor Desafiante
TPAS	Transtorno de Personalidade Antissocial
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS.....	15
2.1 OBJETIVO GERAL	15
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
3 JUSTIFICATIVA.....	16
4 METODOLOGIA	18
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5.1 DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	19
5.2 DESENVOLVIMENTO INFANTIL SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO- CULTURAL	23
5.3 FATORES PATOLÓGICOS AMBIENTAIS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL	27
5.4 PREVENÇÃO E INTERVENÇÕES NA INFÂNCIA.....	35
5.5 PREVENÇÃO NA INFÂNCIA SOB O OLHAR HISTÓRICO-CULTURAL.....	39
5.6 TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISOCIAL (TPAS).....	42
5.7 INTERVENÇÃO NA VIDA ADULTA	44
6 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

A relação entre desenvolvimento infantil e a constituição de sua personalidade é amplamente estudada pelos autores da Psicologia Histórico-Cultural, Vigotski, Leontiev e Luria são os principais teóricos que se debruçaram em tal investigação. Vigotski (2018) destaca que o desenvolvimento se dá, desde seu nascimento, como uma forma processual e estruturante na constituição da personalidade, um processo construído em relação ao meio em que se está inserido. Leontiev (1978), Luria (1986, 1981), trazem a construção do psiquismo como um processo de revoluções funcionais sistêmicas que surgem a cada fase na ontogênese (Lemos, Magiolin e Silva, 2022).

Dessa forma, compreendem que o desenvolvimento é dinâmico e criador na medida em que faz emergir novas estruturas funcionais a partir da relação que a criança estabelece com seu entorno cultural. Essas novas estruturas, para Vigotski (2006), dizem respeito às mudanças psíquicas que ocorrem durante o desenvolvimento da consciência, o que só é possível de se desenvolver em função da relação, cada vez mais complexa, que a criança estabelece com o meio.

Segundo Sarmiento (2018) a infância pode ser entendida como uma categoria social, pertencente a um grupo que se diferencia de outros não apenas pela faixa etária ou fase de desenvolvimento, mas também por um conjunto de qualidades e sentidos atribuídos que fazem supor homogenia e a distinguem como um grupo minoritário, isto é, com status identitário e social inferiorizado.

Um ponto de destaque reside na maneira pela qual a sociedade tende a inferiorizar a criança, essa desqualificação experiencial manifesta-se pela sistemática negação da agência social e da voz política da criança, deslegitimando suas opiniões, emoções e formas de interação como imaturas ou insuficientes. Consequentemente, a participação da criança nas esferas decisórias que afetam diretamente sua vida é rotineiramente limitada, transformando-a de um sujeito ativo e produtor de cultura em um objeto de intervenção e cuidado passivo.

O ambiente (ou meio social) desempenha um fator crucial no desenvolvimento dessas estruturas e na constituição de sua personalidade. O contexto ambiental no qual a criança está inserida é caracterizado por ser dinâmico, multifacetado e repleto de complexidades, o que influencia diretamente tanto no seu desenvolvimento integral quanto na edificação de sua personalidade.

Diante da interação complexa entre os fatores de risco (endógenos e ambientais) e a influência do meio no desenvolvimento do indivíduo, questiona-se: é possível que a alteração ambiental precoce e a intervenção satisfatória consigam minimizar ou reverter a trajetória dos traços psicopáticos incipientes já manifestados na infância. Em outras palavras, o ambiente psicossocial pode ser estrategicamente otimizado para prevenir a cristalização desses traços de personalidade, impedindo que, na vida adulta, o indivíduo preencha os critérios diagnósticos para o Transtorno da Personalidade Antissocial?

Com base na fundamentação na psicologia histórico-cultural, essa pesquisa teve como propósito, analisar a relação entre o desenvolvimento da personalidade na infância, as influências socioculturais e a manifestação de comportamentos associados ao Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS). A pesquisa se baseou em uma revisão de literatura narrativa e em uma análise qualitativa de estudos existentes sobre o desenvolvimento da personalidade infantil e sua relação com o Transtorno de Personalidade Antissocial. Ressalta-se que essa pesquisa não teve como foco a discussão de diagnóstico clínico, mas sim a compreensão dos fatores socioculturais, que podem ter contribuído para a formação do sujeito e modos de ser ao longo do desenvolvimento humano.

Compreendemos que para diagnóstico clínico do Transtorno de Personalidade Antissocial é necessário estabelecer critérios diagnósticos com base no *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-5-TR* (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2022) e que os transtornos identificados no período da infância tais Transtorno Opositor Desafiante (TOD) e Transtorno de Conduta (TC) são diagnósticos que compõem parte da análise para configurar, na vida adulta, os Transtorno de Personalidade Antissocial (TPAS). Entretanto, nosso propósito com esse estudo não é percorrer pelos diagnósticos, mas sim analisar a relação entre o desenvolvimento da personalidade na infância, as influências socioculturais e a manifestação de comportamentos associados ao Transtorno de Personalidade Antissocial. Vale destacar, que os autores da histórico-cultural não se propuseram a desenvolver teorias sobre a relação do Transtorno de Personalidade Antissocial e desenvolvimento infantil, dessa forma, a análise realizada advém da análise das autoras deste trabalho.

Outro ponto de relevância metodológica reside na priorização da nomenclatura Transtorno da Personalidade Antissocial (TPAS). Este termo constitui o padrão diagnóstico oficial estabelecido no DSM-5-TR, garantindo a adesão à terminologia clínica padronizada. Não obstante, reconhece-se que o termo "Psicopatia", embora possua uma conotação mais popular, é amplamente utilizado na literatura científica, acadêmica e forense. Portanto, a pesquisa integrará ambas as terminologias, de acordo com a fonte consultada e trazida como referência.

Atualmente, alguns autores definem Transtorno de Personalidade Antissocial ou "Psicopatia" como uma combinação de comportamentos impulsivos, manipulação, falta de empatia, e desrespeito pelas normas sociais (Achenbach, 2001). Esse transtorno, frequentemente associado a comportamentos antissociais e criminosos, tem sido um tema central nas pesquisas psicológicas devido às suas graves implicações sociais e psicológicas. O TPAS, por sua natureza complexa, é frequentemente considerado um transtorno multideterminado, envolvendo tanto fatores biológicos quanto socioculturais.

Compreende-se que o desenvolvimento da psicopatia é fortemente influenciado por fatores ambientais, especialmente aqueles que envolvem a infância e à adolescência. Durante essa fase da vida, o indivíduo está particularmente vulnerável a influências externas que podem moldar sua personalidade e favorecer o surgimento de certos transtornos. O Transtorno de Personalidade Antissocial, no entanto, não é simplesmente um transtorno psicológico isolado, mas sim o resultado de uma interação complexa entre fatores genéticos e socioculturais, como ambientes familiares disfuncionais, exposição à violência e à negligência, além de fatores sociais mais amplos, como a pobreza e a exclusão social. Essas influências são fatores que podem contribuir para a formação do TPAS na vida adulta, quando este já apresentava critérios de transtorno de comportamento tal como, Transtorno Opositor Desafiante (TOD) e Transtorno de Conduta (TC) na infância e adolescência.

Conforme descrito no DSM-5-TR, tais transtornos de comportamento, envolve comportamentos em que os direitos dos outros são repetidamente violados e as normas sociais e legais não são respeitadas (American Psychiatric Association, 2022). Esses comportamentos, se não tratados ou mitigados desde cedo, podem evoluir para formas mais graves de transtornos de personalidade, incluindo o Transtorno de Personalidade Antissocial. Assim, entender como o desenvolvimento dos distúrbios

de comportamento manifesta na infância é essencial para compreender o desenvolvimento de comportamentos psicopáticos na vida adulta. Estudos sugerem que experiências de negligência, abuso e ambientes familiares desestruturados estão entre os fatores de risco mais significativos para o desenvolvimento de transtornos de conduta (Oliveira; Costa. 2021).

Esse estudo torna-se fundamental para preencher a lacuna de conhecimento sobre a relação entre o desenvolvimento da personalidade na infância e a manifestação do Transtorno de Personalidade Antissocial e oferece subsídios para políticas públicas e programas de intervenção para crianças e adolescentes, ressaltando a importância do meio social de qualidade como forma de prevenção do Transtorno de Personalidade Antissocial.

A hipótese central desta pesquisa é que fatores socioculturais, tais como um ambiente familiar e social disfuncional, desempenham um papel crucial na formação de características psicopáticas e que dessa forma, olhar para o período da infância e na relevância de promoção de um desenvolvimento saudável sejam fatores que distanciam qualquer hipótese de desenvolver o Transtorno de Personalidade Antissocial na vida adulta.

2 OBJETIVOS

A pesquisa foi organizada tendo como norteador os objetivos listados a seguir.

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar como os processos de desenvolvimento da personalidade na infância, articulados aos fatores socioculturais, podem se relacionar com a manifestação de comportamentos associados ao Transtorno de Personalidade Antissocial, na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Ressalta-se que o propósito deste estudo não foi a realização de diagnóstico clínico, mas sim a compreensão das condições sociais e ambientais que contribuem para a constituição do sujeito e para determinados modos de funcionamento ao longo do desenvolvimento humano.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Compreender o desenvolvimento infantil em sua trajetória normativa, sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, e identificar os fatores patológicos e ambientais que interferem nesse processo.
- b. Discutir as estratégias de prevenção na infância, considerando tanto as abordagens tradicionais quanto aquelas fundamentadas na Psicologia Histórico-Cultural.
- c. Compreender a manifestação do Transtorno de Personalidade Antissocial e discutir as possibilidades de intervenção na vida adulta.

3 JUSTIFICATIVA

O estudo da construção da personalidade na infância é fundamental para a compreensão do comportamento humano e das raízes de diversos transtornos psicológicos que se manifestam na vida adulta. O processo de desenvolvimento da personalidade está intrinsecamente ligado ao ambiente no qual o indivíduo está inserido, refletindo a complexa interação entre fatores biológicos, sociais e culturais, de acordo com a Psicologia Histórico-Cultural.

A infância, enquanto fase crítica de formação, estabelece as bases para o comportamento e a identidade do indivíduo ao longo de toda sua vida. Nesse contexto, investigar como as experiências precoces, particularmente as influências socioculturais, podem impactar o desenvolvimento do Transtorno de Personalidade Antissocial, apresenta-se como uma pesquisa de grande importância tanto para a Psicologia quanto para áreas correlacionadas.

A motivação para a realização desta pesquisa se dá pela constatação de uma lacuna significativa no entendimento de como o desenvolvimento da personalidade na infância pode estar relacionado à manifestação do Transtorno de Personalidade Antissocial. Embora o Transtorno de Personalidade Antissocial seja frequentemente abordada de forma clínica, como foco nas suas manifestações na vida adulta, poucos estudos se debruçam sobre a sua gênese na infância e a influência dos fatores socioculturais nesse processo.

A Psicologia Histórico-Cultural, que enfatiza a importância do contexto social e cultural para o desenvolvimento psíquico, proporciona uma abordagem apropriada para estudar essa relação. Para Psicologia Histórico-Cultural o desenvolvimento da personalidade é uma construção dinâmica que não ocorre de forma isolada, mas em constante interação com o meio em que está inserido. Com base nessa abordagem, as experiências precoces, os contextos familiares e sociais em que a criança está inserida, bem como as interações com seus pares, têm um papel crucial na formação de sua identidade e no desenvolvimento de comportamentos adequados ou problemáticos. Assim, o ambiente sociocultural pode tanto favorecer quanto prejudicar o desenvolvimento emocional e comportamental das crianças, influenciando a manifestação de transtornos de conduta e, em última instância, o Transtorno de Personalidade Antissocial.

Além do mais, compreender a relação entre o desenvolvimento da personalidade infantil e o transtorno de conduta tem implicações para a construção de políticas preventivas em áreas como saúde mental, educação e assistência social. É cada vez mais necessário repensar os modelos de abordagem para comportamentos antissociais, visto que muitos deles são frutos de ambientes familiares e sociais desestruturados. Intervenções precoces e estratégias de apoio psicológico, bem como programas que promovam um ambiente saudável, estruturado e seguro para as crianças, podem ser essenciais para prevenir a evolução do transtorno de conduta para transtornos de personalidade na vida adulta.

Portanto, a importância desta pesquisa é multifacetada: ela não só amplia o conhecimento científico sobre o desenvolvimento da personalidade, como também tem o potencial de gerar repercussões sociais positivas, ao orientar ações de prevenção e apoio psicológico que favoreçam um desenvolvimento mais saudável e equilibrado nas crianças e adolescentes. Ao preencher essa lacuna no campo da psicologia, a pesquisa poderá contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos mecanismos que levam ao transtorno de personalidade antissocial, fornecendo ferramentas valiosas para o enfrentamento de comportamentos psicopáticos em diversas esferas da sociedade. A partir desse conhecimento, será possível, ainda, propor medidas preventivas mais eficazes e mais direcionadas aos contextos específicos em que as crianças se desenvolvem, colaborando para um futuro mais saudável e equilibrado tanto para indivíduos quanto para a sociedade.

4 METODOLOGIA

A pesquisa se baseou em uma revisão de literatura narrativa e em uma análise qualitativa de estudos existentes sobre o desenvolvimento da personalidade na infância, as influências socioculturais e a manifestação de comportamentos associados o Transtorno de Personalidade Antissocial, com base na Psicologia Histórico-Cultural. Para tanto, foi utilizado como base de dados tais como Google acadêmico, Scielo, Pepsic, PubMed, Periódico CAPES, e Teses de Dissertação acerca da temática do desenvolvimento infantil, personalidade, transtorno opositor desafiante, transtorno de conduta e transtorno de personalidade antissocial e fatores socioculturais. Foram utilizados os descritores: desenvolvimento infantil, Psicologia Histórico-Cultural, transtorno opositor desafiante, transtornos de conduta, Transtorno de Personalidade Antissocial, prevenção, políticas públicas.

Vale ressaltar que, além dessas produções, também foi utilizado o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- DSM-5TR, bem como livros-textos e/manuais clássicos relacionados ao tema. Para análise das produções considerou-se as seguintes diretrizes: informações disponíveis acerca da fundamentação teórica sobre desenvolvimento infantil com base na Psicologia Histórico-Cultural, estudos diversos sobre a temática, análise dos principais transtornos de comportamento que dão origem na infância, análise dos principais fatores sociais que influenciam no surgimento dos transtornos, análise de intervenções possíveis na infância e sobre os critérios necessários para fechar diagnóstico do Transtorno de Personalidade Antissocial.

Com base no material encontrado, essa pesquisa objetivou-se em organizar esse trabalho em 5 tópicos específicos: discutir sobre desenvolvimento infantil num panorama geral e específico dentro da Psicologia Histórico-Cultural; fatores ambientais patológicos no desenvolvimento infantil; formas de prevenção na infância; transtorno de personalidade antissocial na vida adulta e formas de manejo na vida adulta.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta parte do trabalho serão abordados os fundamentos teóricos da Psicologia, com destaque para o desenvolvimento infantil em seu curso considerado típico, bem como as principais contribuições teóricas acerca desse processo sob diferentes perspectivas. Em seguida, será apresentada a compreensão do desenvolvimento humano à luz da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, enfatizando a influência do meio social e das interações no processo de constituição do sujeito. Posteriormente, serão discutidos aspectos patológicos do desenvolvimento, incluindo a manifestação de transtornos na infância e suas possíveis formas de prevenção, culminando na análise do Transtorno de Personalidade Antissocial enquanto expressão extrema de desajuste no desenvolvimento da personalidade, com destaque para seus fatores contribuintes e as possibilidades de intervenção na vida adulta.

5.1 DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A fim de buscar esclarecimento e apontamento referente às influências do meio no desenvolvimento do ser humano e na busca de correlação com fatores que desencadeiam transtornos de comportamento na infância, adolescência e adultos faz-se necessário compreender o desenvolvimento em si e os fatores que influenciam na construção do sujeito. Explorou-se o desenvolvimento infantil debruçando primeiramente, em teorias de desenvolvimento sob a ótica da Psicologia e juntamente com a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, com a finalidade de explorar as influências do meio no desenvolvimento humano.

Ao se debruçar sobre as perspectivas do desenvolvimento humano, diversos autores do campo do estudo da Psicologia fizeram suas contribuições na construção de teorias assim como ampliaram o campo perceptivo acerca do tema. Diante de distintas abordagens temos a teoria psicanalítica que traz a teoria psicosssexual de Freud (1856-1939), no qual tem como princípio básico de que o comportamento é controlado por impulsos inconscientes e propõe o desenvolvimento orientado por estágios. Na perspectiva Behaviorista temos Skinner (1904-1990) na teoria da aprendizagem o qual defendia que um animal ou humano, tenderá a repetir uma resposta que foi reforçada por consequências da frequência da resposta que a

produziu, Bandura (1925-2021) desenvolve a teoria da aprendizagem social no qual as crianças aprendem em um contexto social por meio da observação e imitação de modelos. O desenvolvimento na perspectiva Piagetiana (1896-1980) é pautado pelo desenvolvimento do cognitivo no qual mudanças qualitativas no pensamento ocorrem com o desenvolvimento no qual a criança vai perpassando por estágios de desenvolvimento. Por fim, a teoria sociocultural do desenvolvimento de Vigotski (1896-1934) aponta que a interação social é central para o desenvolvimento cognitivo (Papalia; Martorell, 2022).

É de consenso que cada pessoa apresenta características singulares e diferenças individuais no que se trata no processo universal do desenvolvimento. Para além da Psicologia, considerando os aspectos físicos e fisiológicos, as pessoas diferem em gênero, altura, peso e características físicas assim como também se diferem em nível de saúde. Os contextos de suas vidas também apresentam diferenças e influenciam no desenvolvimento: os lares e sua estrutura familiar, as comunidades e sociedades em que vivem, seus relacionamentos, as escolas que frequentam, o trabalho que fazem e o que fazem para entretenimento no seu tempo livre também merecem destaque.

Dessa forma, cada indivíduo irá traçar um caminho de desenvolvimento muito singular. Um dos desafios da Psicologia ao estudar o desenvolvimento é identificar as influências universais sobre o desenvolvimento e então aplicá-las à compreensão das diferenças individuais na trajetória do desenvolvimento (Papalia; Martorell, 2022).

Os seres humanos são seres sociais os quais estão inseridos desde seu nascimento em um contexto social e histórico. Para um bebê, o primeiro contexto inserido seria, normalmente, a família que, por sua vez, está sujeita às influências mais amplas e sofrem constantes modificações e influências externas, sejam elas do entorno próximo como local de moradia, sua vizinhança e aspectos econômicos como trabalho e renda.

Segundo Papalia e Martorell (2022), em seu livro *Desenvolvimento Humano*, o contexto histórico nem sempre foi pauta para os cientistas do desenvolvimento, porém com os estudos científicos ocorreu um favorecimento a uma mudança de perspectiva e inclusão do contexto histórico no que diz respeito a sua influência e consequência no desenvolvimento humano.

As autoras supracitadas apontam que essa mudança se deu através da realização de estudos longitudinais sobre infância que se estenderam até a idade adulta e nessa mudança começaram a se concentrar na forma como certas experiências que estavam ligadas ao tempo e ao lugar poderiam afetar a trajetória de vida das pessoas. Dessa forma, trazem a importância de também compreender o contexto histórico ao qual o indivíduo está inserido e quais implicações isso pode gerar no seu desenvolvimento.

Ao abordar o desenvolvimento do ciclo de vida, Papalia e Martorell (2022) trazem sete princípios básicos na abordagem ou teoria do desenvolvimento do ciclo de vida, os quais somados servem como uma estrutura conceitual amplamente aceita no que se entende de estudo do desenvolvimento do ciclo de vida. Dessa forma, o desenvolvimento do ciclo de vida poderia ser resumido da seguinte forma:

1. Vitalício: Ocorre da concepção à morte; todas as fases são importantes e interligadas.
2. Multidimensional: Envolve interações entre aspectos biológicos, psicológicos e sociais.
3. Multidirecional: O crescimento envolve o ganho de novas aptidões, mas também o declínio de outras (ganhos e perdas).
4. Biológico vs. Cultural: O equilíbrio das influências biológicas e culturais muda; a cultura oferece compensação para perdas biológicas com a idade.
5. Alocação de Recursos: Os indivíduos escolhem onde investir recursos (tempo, energia, dinheiro) para crescimento, conservação ou recuperação.
6. Plasticidade: Muitas capacidades (como memória e força) são moldáveis e podem ser melhoradas com prática.
7. Contexto Histórico-Cultural: O indivíduo e seu desenvolvimento são profundamente influenciados pelo tempo, lugar e contexto social e histórico.

Dessa forma, entende-se que, para a constituição do desenvolvimento pleno são necessários diversos fatores, que somados propiciam uma construção do sujeito repleto de singularidades e vivências. Sendo assim, analisar fatores ambientais, históricos, política e social irão desenvolver no sujeito formas únicas de constituição.

Segundo Barro e Coutinho (2020) a psicologia do desenvolvimento deve se basear em: padrões universais: aspectos compartilhados e universalizados por todos os indivíduos no curso do desenvolvimento, ressaltando aquilo que os especificam

como semelhantes ou integrantes do mesmo grupo. Diferenças individuais: o que de singular cada organismo elaborou no percurso do seu desenvolvimento. Influências contextuais: o modo como o ambiente se relaciona com mudanças no desenvolvimento, determinando seu curso e como podem beneficiar ou obstruir o desenvolvimento.

Como apontado anteriormente, diversos autores se debruçaram no estudo do universo do desenvolvimento humano, e de maior relevância para este trabalho, o desenvolvimento infantil. Considerando esse aspecto, vale destacar a importância da primeira e segunda infância, abordando os três fatores relativos ao desenvolvimento: físico, cognitivo e psicossocial.

Embora o foco do trabalho sejam os aspectos psicossociais, compreende-se que os demais (físico e cognitivo) coadunam com os fatores de desenvolvimento dos transtornos de comportamento e que elucidem os aspectos que envolvam o meio dentro da sua conjuntura social e política.

O desenvolvimento físico envolve o crescimento do corpo e do cérebro, as capacidades sensoriais, as habilidades motoras e a saúde. O desenvolvimento cognitivo corresponde a questões de aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade. Por fim, o desenvolvimento psicossocial está atrelado às emoções, personalidade e relações sociais (Papalia; Mortarell, 2022).

Todos esses domínios estão interconectados e cada aspecto de desenvolvimento influencia o outro.

Como visto, no campo dos estudos do desenvolvimento, sob a ótica da Psicologia, diversos autores fazem suas contribuições buscando delimitar fases ou estágios para compreender os aspectos que envolvem o desenvolvimento para que se possa ter um parâmetro do que esperar em determinadas fases e o que foge do esperado, entretanto há autores que se debruçaram em tal estudo numa perspectiva social tal como Vigotski. Tal perspectiva será melhor abordada no próximo tópico.

5.2 DESENVOLVIMENTO INFANTIL SOB A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

Nesta sessão serão abordados aspectos que discutem o desenvolvimento e a forma como ele é compreendida pelos autores da Psicologia sob a ótica da linha Histórico-Cultural de Vigotski.

Papalia e Martorell (2022) apresentam em seu livro *Desenvolvimento Humano* os principais aspectos que envolvem os estágios do desenvolvimento. As autoras destacam que a primeira infância, período que se estende da concepção até os seis anos de idade, é amplamente reconhecida como uma fase crucial de oportunidades, não apenas para a saúde física, mas também para o aprendizado, o desenvolvimento integral e o bem-estar social e emocional das crianças.

Os primeiros anos de vida desempenham um papel fundamental na formação integral das crianças, com impactos que se estendem ao longo da vida adulta. Sendo assim, investir nessa etapa é essencial para garantir resultados positivos que beneficiem não apenas o indivíduo, mas também a sociedade como um todo. Por isso, destaca-se como um período de intensa aprendizagem e construção de conhecimento.

No aspecto psicossocial na primeira infância, espera-se que até os três meses de idade o bebê esteja aberto à estimulação e demonstrar interesse e curiosidade e passe a sorrir para as pessoas. Dos três a seis meses os bebês perpassam por um despertar social e de trocas recíprocas entre o bebê e o cuidador. Eles passam a antecipar alguns acontecimentos, mas se não são atendidos demonstram frustração ficando zangados, mas também sorriem e fazem alguns sons. Dos seis ao nono mês começam a entender e fazer alguns “jogos sociais” no qual tentam obter respostas das pessoas e conseguem expressar emoções mais diferenciadas como alegria, medo, raiva, surpresa. Dos nove aos doze meses os bebês voltam-se ao seu cuidador e podem ter medo de estranhos agem de modo submisso em situações novas.

Por volta de um ano a comunicação de emoções fica mais clara, podem indicar através da variação do humor, ambivalência e gradação de sentimentos. Dos doze aos dezoito meses as crianças passam a explorar seu ambiente utilizando as pessoas a quem estão mais ligados. Conforme vão dominando o ambiente vão se tornando mais seguros e mais ansiosos por se auto afirmar. Por fim, dos dezoito aos trinta e seis meses as crianças percebem ansiedade de separação dos cuidadores. Passam

a elaborar a consciência de suas limitações na fantasia, nas brincadeiras e identificando-se como adultos (Papalia; Martorell, 2022).

Nota-se que as descrições acerca do desenvolvimento esperado discorrido acima correspondem a uma perspectiva científica, diante disso faz-se importante trazer outras perspectivas sobre o desenvolvimento infantil.

A teoria históricocultural do psicólogo russo Lev Vigotski (1896-1934) teve seu desenvolvimento orientado nos processos sociais e culturais os quais orientam o desenvolvimento da criança.

A teoria sociocultural de Vygotsky (1978) descreve o crescimento cognitivo como um processo *colaborativo*. As pessoas, segundo Vygotsky, aprendem por meio da interação social. Elas adquirem habilidades cognitivas como consequência de um modo de vida. Atividades compartilhadas ajudam a criança a internalizar os modos de pensar e comportamento da sociedade. Vygotsky deu ênfase especial à *linguagem*, não simplesmente como uma expressão do conhecimento e do pensamento, mas como um meio essencial para aprender a pensar o mundo. (Papalia; Martorell, 2022, p.31)

A Psicologia Histórico-Cultural, que tem em Vigotski (1995), Leontiev (2001), Luria e Elkonin (1998) alguns de seus principais representantes, segundo Pasqualini (2009) nega a possibilidade de se analisar o desenvolvimento psicológico infantil como um processo meramente natural, caracterizado por fases ou estágios que se sucederam em uma ordem fixa e universal. Essa negação, contudo, não levou essa vertente da psicologia a abandonar ou secundarizar o problema da periodização do desenvolvimento.

Ao pensar o desenvolvimento, Vigotski percorre um caminho para a sua análise através de um outro olhar o qual ele coloca como ponto central o meio social como parte crucial no desenvolvimento infantil e da personalidade.

Segundo Lemos, Magiolino e Silva (2022) ao trazer aspectos das implicações do desenvolvimento pela perspectiva histórico-cultural afirmam que tal teoria do desenvolvimento deve ser entendida como um resultado das relações com o meio, por outro, da forma particular como cada criança age, pensa e sente em função dessas relações. Por isso, na teoria de Vigotski (1962), o desenvolvimento não é tratado de forma linear e/ou progressivo. Dessa forma o desenvolvimento pode percorrer rotas inesperadas. A ideia de estágio ou de etapas pré-determinadas do desenvolvimento é descartada em Vigotski, segundo as autoras supracitadas, pois o que lhe interessa é o resultado dessas variantes na formação de uma determinada personalidade.

As autoras ainda consideram que, apesar de não haver definições de desenvolvimento por estágios, é possível reconhecer as diferenças entre uma criança de 1 ano para uma de sete anos, elas afirmam:

Isso quer dizer que o problema da periodização está no centro da preocupação pedológica de Vygotsky, em função de seu interesse pelas mudanças que ocorrem em cada momento do desenvolvimento da criança. As mudanças são estruturais, funcionais, maturacionais e precisam ser analisadas em termos da correlação entre o meio e a criança, tendo em vista a experiência vivida e significada por ela em uma determinada idade. (Lemos; Magiolino; Silva, 2022).

Dessa forma, para se compreender a periodização deve-se analisar as conjunturas e mudanças estruturais, funcionais e maturacionais juntamente com os aspectos do meio que a cercam.

De acordo com Veiga (2025) com base na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, salienta-se a importância da relação entre desenvolvimento e o brincar na criança. O autor elucida que a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) é um dos conceitos mais importantes da teoria Vigotski (1984,1991) acerca do desenvolvimento e que representa a diferença entre o que a criança pode fazer sozinha e o que pode alcançar com a ajuda de um adulto ou de um par mais experiente.

No contexto do brincar, essa interação ocorre frequentemente quando uma criança aprende novas habilidades ao brincar com colegas ou sob a orientação de um adulto. Ou seja, ao inserir objetos tais como brinquedos, proporcionam momentos de desafios e oportunidades quando este está entre outras pessoas, dessa forma a atividade promove a cooperação, o aprendizado mútuo e a construção coletiva do conhecimento. Sendo assim, o brincar é um meio pelo qual a criança pode avançar em seu desenvolvimento, superando seus limites atuais por meio da mediação social.

Veiga (2025, p.23) afirma sobre a análise da teoria de Vigotski:

Não podemos supor que a criança se desenvolverá apenas com o passar do tempo, pois ela não dispõe, sozinha, dos recursos necessários para trilhar o caminho do desenvolvimento que dependerá das experiências de aprendizagem às quais for exposta. Nesse modelo, o indivíduo — no caso, a criança — é reconhecido como um ser pensante, capaz de relacionar suas ações à visão de mundo construída dentro de sua cultura. (Veiga, p. 23, 2025)

Pasqualine (2009) citando Vigotski (1996), destaca que o desenvolvimento se caracteriza pela alternância de períodos estáveis e críticos. Nos períodos estáveis, o

desenvolvimento se deve, principalmente, a mudanças muito pequenas da personalidade da criança, que vão se acumulando até certo ponto e se manifestam mais tarde como uma repentina formação qualitativamente nova. Nos períodos de crise, produzem-se mudanças e rupturas bruscas e fundamentais na personalidade em um tempo relativamente curto, culminando em uma reestruturação das necessidades e motivos da criança e de sua relação com o meio. Dessa forma, verifica-se aqui a adoção do princípio do método dialético da transformação da quantidade em qualidade: o acúmulo quantitativo culmina no salto qualitativo.

Para Pasqualini (2009), Leontiev (1998) e Elkonin (2001), seguindo a linha histórico-cultural iniciada por Vigotski, desenvolveram as bases de uma psicologia do desenvolvimento que superasse o enfoque naturalizante tão forte nesse campo. Segundo a autora, tais autores abordam a questão da periodização a partir do pressuposto de que cada estágio do desenvolvimento infantil seria caracterizado por uma atividade principal. Trazendo Leontiev, Pasquali (2009) aponta que não se trata da atividade que ocupa mais tempo na vida da criança naquele período, mas daquela no interior da qual surgem e se diferenciam outros tipos de atividade, na qual os processos psíquicos particulares tomam forma ou são reorganizados e da qual dependem, de forma mais íntima, as mudanças mais importantes nos processos psíquicos e traços psicológicos da criança naquele estágio.

Facci (2004) elucida o esquema de periodização de Elkonin (1987) qual traduz os significados de cada fase. Sendo a primeira a época da primeira infância, constituída pelo período da comunicação emocional direta com os adultos, seguido da atividade objetual manipulatória. A época da infância é caracterizada pelo jogo de papéis (na idade pré-escolar) e pela atividade de estudo (na idade escolar) e a adolescência, já ocorre mudanças sendo elas podendo ser observadas na comunicação íntima pessoal, seguida pela atividade profissional e de estudo.

Diante das perspectivas trazidas até o momento, o entendimento do desenvolvimento infantil pode ser compreendido como um período em que se observa saltos o qual só pode ser compreendido e desenvolvido quando inserido no meio e este meio interagindo com ele. Dessa forma, a visão do desenvolvimento infantil com os autores da Psicologia Histórico-Cultural irá se fundamentar nessa relação do meio que interage e é influenciado por ele, constituindo assim o desenvolvimento do ser.

Dessa forma, compreende-se que parte essencial do desenvolvimento infantil é o meio ao qual o indivíduo está inserido. Este indivíduo está inserido dentro de uma conjuntura familiar específica que por sua vez está em um momento histórico muito particular ao momento do seu nascimento e desenvolvimento. Segundo Pino (2010) os estudos Psicológicos de Vigotski dizem respeito ao meio, o seu papel e significado, sua participação e sua influência no desenvolvimento da criança. Pino (2010) afirma que:

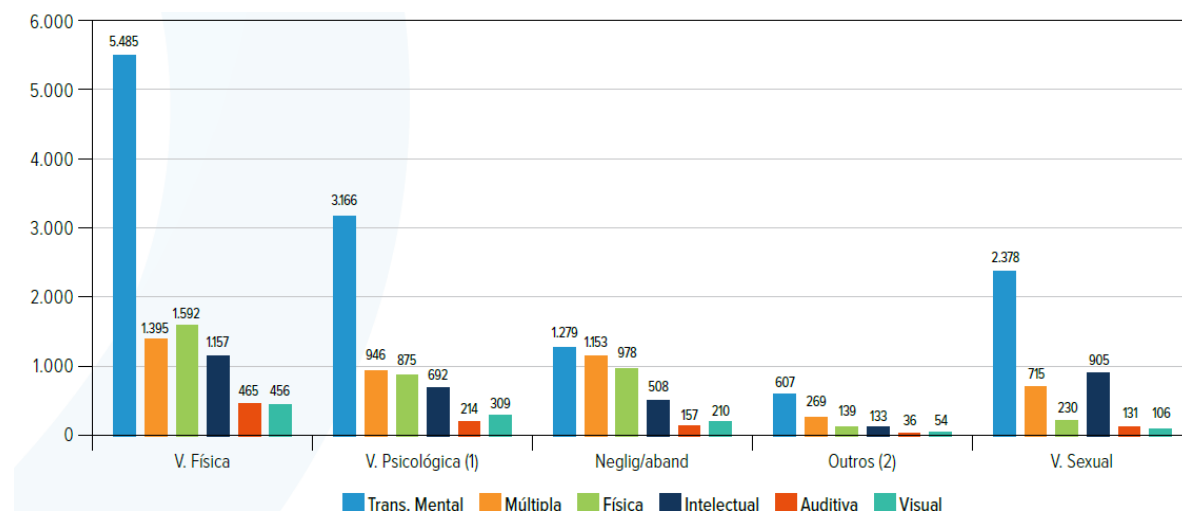
Com isso Vigotski está afirmando que existem duas formas de tratar o meio. Uma forma é considerá-lo em si mesmo, na sua realidade objetiva, como um conjunto de elementos naturais concretos e de leis ou "regras" que os articulam como um todo. Esse é o meio cujo conhecimento, segundo Vigotski, é o objeto de diferentes ciências. Outra forma é considerá-lo a partir da influência que ele exerce no desenvolvimento, especificamente dos organismos humanos (Pino, 2010).

5.3 FATORES PATOLÓGICOS AMBIENTAIS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O desenvolvimento infantil é um processo complexo, influenciado por fatores biológicos, psicológicos e sociais. Quando esse processo é atravessado por experiências adversas significativas, como negligência, violência doméstica, abuso físico ou psicológico, o risco de desenvolvimento de psicopatologias se intensifica.

Nesse contexto, alguns transtornos podem se manifestar ainda na infância, especialmente quando a criança é exposta continuamente a ambientes desestruturados e carentes de vínculos afetivos saudáveis. A violência sexual, por exemplo, é um tipo de abuso grave que pode gerar danos emocionais profundos e ter consequências duradouras no comportamento da criança.

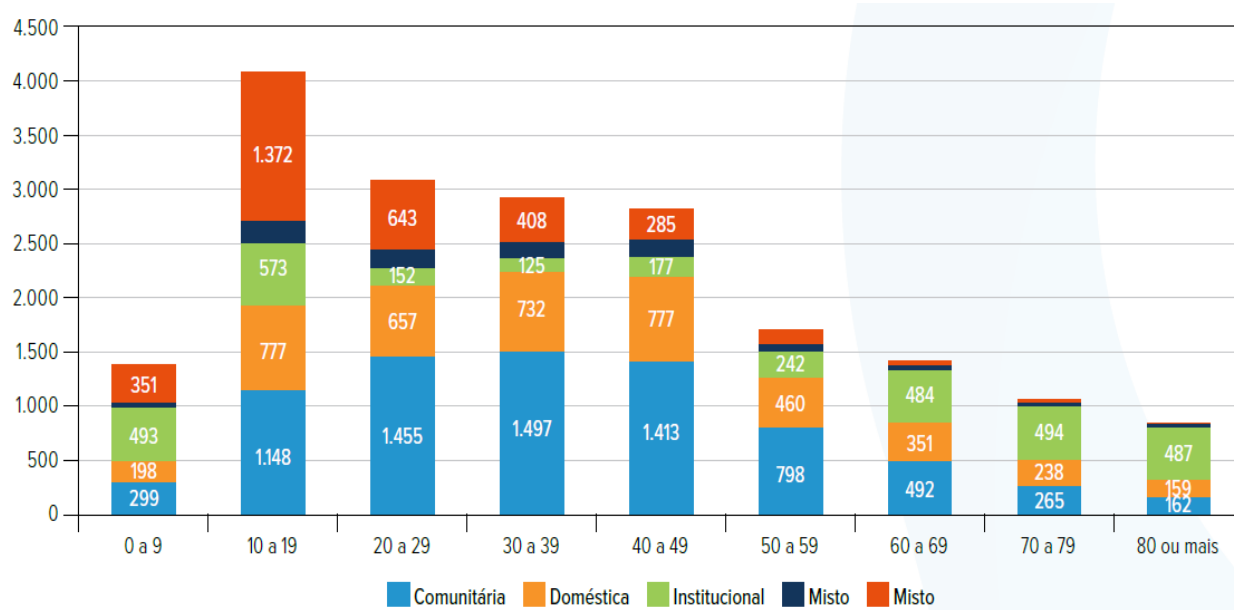
Figura 1 - Número de notificações de violência contra pessoas com deficiência segundo tipo de deficiência e natureza de violência – Brasil (2023)



Fonte: Microdados do Sinan/MS. Elaboração Diest/Ipea e FBSP. Notas: 1- A categoria misto/outros inclui mais de um grupo de violência. 2- Não inclui as violências registradas em que o autor presumido é a própria vítima. 3- Microdados do Sinan referentes a 2023 são preliminares e foram coletados em fevereiro de 2025.

A Figura 1 ilustra o número de notificações de violência contra pessoas com deficiência, categorizadas pela natureza da violência e pelo tipo de deficiência no Brasil em 2023. Conforme evidenciado pelos dados, a violência física foi a mais relatada em geral, representando 52,6% dos registros, seguida pela violência psicológica (31,0%), violência sexual (22,3%) e negligência ou abandono (21,4%).

Figura 2 - Número de notificações de violência contra pessoas com deficiência segundo natureza de violência e faixa etária – Brasil (2023)



Fonte: Microdados do Sinan/MS. Elaboração Diest/Ipea e FBSP. Notas: 1- Não inclui as violências registradas em que o autor presumido é a própria vítima. 2- Se um indivíduo tiver mais de uma deficiência, ele será contado em todas elas. 3- Microdados do Sinan referentes a 2023 são preliminares e foram coletados em fevereiro de 2025.

Com base nas figuras presentes, é possível extrair informações relevantes sobre como fatores patológicos relacionados à violência contra pessoas com transtorno mental podem influenciar o desenvolvimento infantil. Esses dados, interpretados à luz da Psicologia Histórico-Cultural e da psicologia do desenvolvimento, contribuem para a compreensão da manifestação do Transtorno de Personalidade Antissocial.

O *Atlas da Violência (2025)* é um relatório estatístico que sistematiza dados sobre a incidência e os contextos da violência no Brasil. Embora o documento não estabeleça conexões diretas com o desenvolvimento de transtornos ou traços de personalidade, tais relações podem ser inferidas teoricamente no campo da psicologia.

A análise dos dados, especialmente das Figuras 1 e 2, revela que pessoas com transtorno mental constituem o grupo com maior número de notificações de violência entre as deficiências analisadas, com registros em 2023. Dentre os tipos de violência, a mais recorrente é a física (5.485 casos), seguida da psicológica (3.166 casos), da sexual (2.378 casos) e da negligência/abandono (1.279 casos).

A exposição crônica a essas formas de violência especialmente quando vivenciada desde a infância ou adolescência, impacta negativamente o desenvolvimento cerebral e socioemocional. A literatura em psicologia do desenvolvimento demonstra que tais experiências podem gerar hipervigilância, dificuldades na regulação emocional, crenças hostis em relação ao mundo e prejuízos na formação de vínculos seguros. A negligência, em particular, compromete o desenvolvimento da empatia e da capacidade de estabelecer relações afetivas estáveis, ambos essenciais para a construção da moralidade e da vida em sociedade.

A violência doméstica compromete a segurança emocional da criança, essencial para o desenvolvimento saudável. Crianças expostas a agressões contínuas no ambiente familiar tendem a internalizar padrões de relacionamento disfuncionais, desenvolver desconfiança generalizada e apresentar dificuldades na construção de laços afetivos. Tais características são comumente associadas a comportamentos desadaptativos, caracterizados por insensibilidade emocional, agressividade e ausência de culpa ou remorso.

Embora o relatório não estabeleça cruzamentos específicos entre faixa etária e transtorno mental, evidências apontam a adolescência (10 a 19 anos) como um período de particular vulnerabilidade para pessoas com deficiência. Trata-se de uma fase marcada por mudanças cognitivas, emocionais e sociais significativas, que impactam diretamente a construção da identidade e o desenvolvimento da autorregulação. A vivência de violência nesse período pode comprometer funções psíquicas superiores, como empatia, julgamento moral, pensamento abstrato e simbolização.

Portanto, a violência especialmente quando múltipla, crônica e doméstica constitui um conjunto de fatores patológicos que impactam o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes com transtorno mental. Esse cenário pode favorecer o surgimento ou agravamento de traços como insensibilidade emocional (decorrente da falha no desenvolvimento da empatia), agressividade (como resposta aprendida a ambientes hostis) e dificuldade na formação de vínculos afetivos (associada à internalização de padrões de apego inseguros ou desorganizados).

Sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, proposta por Vigotski (2001), o desenvolvimento psíquico da criança ocorre por meio da mediação social e das interações com o meio cultural. Segundo o autor, “aquilo que hoje está no plano

do desenvolvimento, amanhã estará no plano da aprendizagem” (Vygotsky, 2001, p. 117), evidenciando que o ambiente é parte constituinte e não apenas influente na formação das funções psicológicas superiores.

Assim, crianças expostas à violência, negligência ou à ausência de estímulos adequados têm menos chances de internalizar normas sociais, desenvolver empatia e regular suas emoções. Ainda conforme Vigotski (2001), quando a mediação social é precária ou marcada por vínculos prejudiciais, rupturas importantes ocorrem no processo de amadurecimento psíquico, comprometendo o desenvolvimento integral da criança.

Outro fator importante a ser considerado é a diferença de prevalência de transtorno de conduta e comportamentos antissociais entre os gêneros. De acordo com o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM-5-TR), esses transtornos são mais prevalentes em meninos do que em meninas (American Psychiatric Association, 2022). Essa disparidade pode estar relacionada tanto a fatores biológicos quanto ao processo de socialização, uma vez que comportamentos agressivos tendem a ser mais tolerados em meninos e mais reprimidos em meninas.

Dessa forma, ao articular os dados do *Atlas da Violência* (2025) com os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural, compreende-se que a vivência da violência pode não apenas interromper o curso saudável do desenvolvimento, mas direcioná-lo para trajetórias desadaptativas, favorecendo a emergência do Transtorno de Personalidade Antissocial.

Ao se analisar os fatores ambientais no desenvolvimento da constituição do sujeito, conforme a teoria de Vigotski (1991), quando o ambiente apresenta condições adversas, como negligência, pobreza extrema, violência, privação de estímulos afetivos ou ausência de relações sociais estáveis, esses elementos passam a ser considerados fatores ambientais patológicos. Eles limitam o acesso da criança às chamadas zonas de desenvolvimento proximal (ZDP) espaços simbólicos nos quais a aprendizagem ocorre por meio da interação com adultos ou pares mais experientes e, conseqüentemente, restringem suas possibilidades de aprendizagem, adaptação e desenvolvimento integral.

A saúde mental infantil, por sua vez, também é profundamente influenciada pelo ambiente. Borsa e Nunes (2011) destacam que o acúmulo de fatores de risco como pobreza, baixa escolaridade dos responsáveis, negligência e relações familiares

instáveis tem um efeito cumulativo sobre o desenvolvimento, sendo mais determinante que a presença de um fator isolado. Esses elementos afetam não apenas o bem-estar emocional das crianças, mas também sua capacidade de estabelecer vínculos afetivos, desenvolver habilidades sociais e aprender.

Além do ambiente familiar, o contexto institucional também pode configurar um espaço de risco, especialmente quando falha em oferecer vínculos afetivos e estímulos lúdicos e educativos. Estudo de Costa e Gomes (2011) sobre o desenvolvimento de crianças em instituições de acolhimento apontou que a ausência de figuras de referência estáveis e a limitação de experiências simbólicas podem comprometer significativamente o desenvolvimento emocional e psicossocial. A partir da perspectiva de Vigotski (2001), tais instituições, ao não oferecerem interações sociais significativas, restringem o potencial de aprendizagem e o processo de internalização de novas funções psíquicas.

Diante disso, é possível afirmar que os fatores ambientais patológicos exercem um impacto direto e profundo no desenvolvimento infantil, principalmente quando impedem que a criança estabeleça interações sociais de qualidade, fundamentais para sua formação subjetiva.

A identificação precoce de contextos de risco, bem como a implementação de estratégias de intervenção baseadas na mediação social e no fortalecimento de vínculos, é uma medida indispensável para minimizar os danos causados por esses ambientes e promover o desenvolvimento pleno e saudável da criança.

Figura 3 - Distribuição do local da violência e faixa etária da vítima (2013-2023)

Local da violência	Faixa etária da vítima		
	0 a 4 anos	5 a 14 anos	15 a 19 anos
Residência	67,8%	65,9%	48,4%
Via pública	4,4%	9,8%	28,0%
Ignorado	8,6%	6,9%	6,7%
Outro	13,0%	8,3%	6,8%
Bar ou similar	0,3%	0,6%	3,2%
Escola	2,2%	5,7%	3,3%
Comércio/Serviços	3,2%	1,3%	1,7%
Habitação coletiva	0,5%	0,8%	1,0%
Local de prática esportiva	0,1%	0,5%	0,7%
Indústrias/Construção	0,0%	0,1%	0,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Sinan/MS. Elaboração: Diest/Ipea e FBSP. *Microdados do SINAN referentes a 2023 são preliminares e foram coletados em fevereiro de 2025.

A Figura 3 fornece dados sobre onde a violência contra crianças e adolescentes é mais frequentemente notificada. Logo, esses dados indicam que a residência é o local predominante da ocorrência de violência para crianças (0 a 4 anos), crianças (5 a 14 anos) e adolescentes (15 a 19 anos). Para crianças de 0 a 4 anos, 67,8% das notificações ocorrem dentro de casa, enquanto para crianças de 5 a 14 anos essa proporção é de 65,9%. Mesmo entre adolescentes, a residência ainda é o local mais frequente de violência, com 48,4% dos casos. Esses dados ressaltam um aspecto preocupante: o lar, que deveria ser um ambiente seguro e de proteção, é, na realidade, o espaço onde a maioria das agressões ocorre. A partir da análise dos dados apresentados, inferimos que, em nossa compreensão, a exposição contínua e precoce à violência doméstica pode exercer um impacto significativo sobre o desenvolvimento emocional e a formação da personalidade da criança.

Em nossa análise pode-se considerar que, tal vivência tende a gerar dificuldades na construção de vínculos afetivos saudáveis e pode contribuir para o desenvolvimento de traços de insensibilidade emocional e comportamentos agressivos. Entendemos que essa violação do ambiente doméstico compromete a capacidade da criança ou do adolescente de confiar e estabelecer relações interpessoais saudáveis, o que representa uma perturbação em aspectos centrais do

desenvolvimento psicossocial. À medida que a idade avança, o contexto da violência tende a se diversificar. Enquanto a residência continua sendo o local predominante, há um aumento significativo na violência em via pública entre adolescentes de 15 a 19 anos, representando 28% das notificações, comparado a apenas 4,4% para crianças de 0 a 4 anos e 9,8% para crianças de 5 a 14 anos. Essa transição pode indicar que os fatores de risco para o Transtorno de Personalidade Antissocial se diversificam conforme a vítima envelhece, com diferentes ambientes influenciando distintos aspectos do desenvolvimento emocional e comportamental.

Outro local relevante para a ocorrência de violência é a escola, onde crianças de 5 a 14 anos apresentam maior incidência de agressões (5,7%). Esse dado é importante porque sugere que o ambiente escolar pode representar um espaço de exposição à violência, seja por meio de bullying, agressões entre pares ou por adultos, afetando a socialização e os mecanismos de enfrentamento das vítimas. O impacto dessa violência pode contribuir para dificuldades emocionais que influenciam a formação de padrões de comportamento desviantes.

Por fim, a tabela destaca uma proporção significativa de notificações onde o local da ocorrência da violência foi "ignorado", representando 15,2% dos registros para crianças. Essa lacuna nos dados sugere que a real dimensão da violência pode ser ainda maior do que a oficialmente registrada, apontando para a necessidade de aprimoramento dos sistemas de notificação e análise estatística.

Em resumo, a figura 3 contribui para a compreensão dos contextos em que ocorre a violência contra crianças e adolescentes no Brasil. A alta incidência de violência no ambiente doméstico destaca como a ruptura da segurança esperada no lar pode influenciar negativamente o desenvolvimento emocional e psicológico das vítimas. Esses dados reforçam a importância de aprofundar a investigação sobre os impactos da violência na infância e adolescência e sua possível correlação com o desenvolvimento de traços psicopáticos, como insensibilidade emocional e dificuldades na formação de vínculos afetivos.

A análise desses dados estatísticos, articulada aos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, evidencia que a exposição a ambientes violentos não apenas compromete o desenvolvimento infantil, mas também pode atuar como um elemento propulsor de trajetórias desadaptativas que se estendem até a vida adulta. Nesse sentido, o DSM-5-TR destaca que fatores ambientais exercem influência significativa

na evolução de transtornos do comportamento, podendo aumentar a probabilidade de progressão do transtorno de conduta para o transtorno da personalidade antissocial. Entre esses fatores, incluem-se o abuso ou a negligência na infância, práticas parentais instáveis ou inconsistentes e padrões de cuidado marcados por disciplina errática.

Além disso, o manual ressalta que aspectos socioculturais também devem ser considerados no processo diagnóstico. O transtorno da personalidade antissocial mostra maior prevalência em indivíduos expostos a condições socioeconômicas desfavoráveis e em contextos urbanos caracterizados por altas taxas de violência. Ambientes socioculturais marcados por maus-tratos infantis ou pela exposição frequente à violência tendem a apresentar índices mais elevados de comportamentos antissociais. Esses comportamentos, contudo, podem refletir respostas reativas e contextuais às adversidades, e não necessariamente traços persistentes e duradouros compatíveis com um transtorno de personalidade (American Psychiatric Association, 2022).

5.4 PREVENÇÃO E INTERVENÇÕES NA INFÂNCIA

Diante do cenário vivenciado pela criança a qual é atravessada pelo seu meio diante de um contexto histórico-cultural, apresentar fatores que predispoem um diagnóstico de transtorno de comportamento, traz preocupações significativas para o seu núcleo familiar e para a comunidade. Conforme discutido anteriormente, o diagnóstico do Transtorno de Personalidade Antissocial é dado à pessoa já adulta, mas é na infância que são observados os comportamentos que podem ser indicadores do Transtorno de Personalidade Antissocial, porém, esta é diagnosticada como transtorno de conduta, pois, a criança ainda está em desenvolvimento e diagnóstico não pode ser formulado de forma precoce.

Segundo Santos e Almeida (2021) as crianças podem agir de forma agressiva com os amigos e animais de estimação, podem transmitir desprezo com outras pessoas quando em idade maior, esses sintomas em geral se intensificam quando a criança vivencia conteúdos traumáticos como abusos físicos, mentais ou sexuais.

Os fatores de risco que predispoem à ocorrência de transtornos de personalidade, com raízes já na infância, incluem experiências traumáticas como

abuso infantil (em suas dimensões física e emocional), negligência, abuso sexual e a exposição ao abuso de álcool (ou outras substâncias) no ambiente familiar. Além da natureza intrinsecamente trágica de tais acontecimentos, a vivência do abuso infantil acarreta um peso adicional de responsabilidade etiológica por uma ampla gama de psicopatologias e condutas externalizantes problemáticas. Tais vivências, que comprometem severamente o desenvolvimento, estão particularmente associadas ao surgimento de características psicopáticas de personalidade e a uma maior vulnerabilidade para o Transtorno da Personalidade Antissocial.

Segundo Santos e Almeida (2021, p.35-50) ao realizar um estudo acerca da “Psicopatia” e desenvolvimento infantil: traços e intervenções destacam:

que independente do desenvolvimento intelectual e da presença de transtornos mentais, as crianças vítimas de abuso apresentam mais tendência para traços psicopáticos em todos os aspectos das suas habilidades, esses grupos de crianças também diferiram significativamente em relação à presença de déficits de algumas habilidades sociais (empatia, autocontrole, assertividade e desenvoltura social) (Santos; Almeida, 2022).

Segundo Santos e Almeida (2021) a negligência sofrida por crianças por parte de seus cuidadores trouxe correlações significativas quando relacionado aos déficits de habilidades sociais e traços de “psicopatia”. Destacam ainda que, é possível realizar uma identificação precoce das características de “psicopatia”, possibilitando a implementação de intervenções psicossociais, educativas e inclusivas diferenciadas a essas crianças, resultantes acerca de uma evolução dos aspectos comportamentais apresentados, visto que o reconhecimento na primeira infância possui grande valor científico.

Scarparo (2016), aponta que a negligência emocional mostra ser um fator mais nocivo no desenvolvimento social do que as demais formas de maus tratos, o que indica a importância de intervenções voltadas para crianças negligenciadas pelos seus familiares, como o treinamento em habilidades sociais, tais como empatia e autocontrole, podem interferir no surgimento de traços psicopáticos infantis.

Costa e Gomes (2011) classificam três fenômenos que podem ser considerados de risco para o transtorno de personalidade antissocial, dentre eles, a predisposição genética, um ambiente hostil e possíveis lesões cerebrais no decorrer do desenvolvimento. Caso constatado, há a necessidade de buscar ajuda de forma precoce quando determinados acontecimentos permeiam o cotidiano da criança.

Porfirio e Silva (2021) ressaltam que o conviver durante este período (a infância) de entendimento e compreensão do mundo com situações de negligência, maus tratos, exposição a diferentes tipos de drogas, álcool, e situações de violência, pode influenciar negativamente este processo, aumentando as chances de que este indivíduo venha a reproduzir comportamentos tão comumente presenciados ao longo da infância. Logo uma criação conflituosa, pode vir a aumentar a tendência de comportamentos ligados a manifestação do Transtorno de Personalidade Antissocial.

Diante do cenário que envolva o desenvolvimento infantil espera-se que os cuidadores principais se atente as funções básicas de promoção à saúde e desenvolvimento pleno da criança e que estes não poupem esforços para promover saltos qualitativos de desenvolvimento, entretanto, diante do cenário que envolve precursores do Transtorno de Personalidade Antissocial entende-se que o período da infância foi o momento em que inúmeras perdas significativas de cuidado e negligência foram sofridas.

Os estudos anteriormente citados apontam que estes são os principais fatores vivenciados pela população que apresentou traços psicopáticos na vida adulta. Vale ressaltar que são pontos que trazem algo em comum, mas que não necessariamente seja causa e consequência do desenvolvimento do transtorno.

A constituição do indivíduo e a formação da sua personalidade segundo Lemos, Magiolino e Silva (2022) os quais se fundamentam nas obras de Vigotski (2006) é:

é dinâmico e criador na medida em que faz emergir novas estruturas funcionais a partir da relação que a criança estabelece com seu entorno cultural. Essas novas formações, para Vygotsky, dizem respeito às mudanças psíquicas que ocorrem durante o desenvolvimento da consciência – o que só é possível de se desenvolver em função da relação, cada vez mais complexa, que a criança estabelece com o meio. O meio, por sua vez, é variável e dinâmico – uma totalidade histórico-cultural complexa –, e marca o desenvolvimento da criança, (trans) formando a sua personalidade. A criança não está passiva à experiência com o meio, pelo contrário, ela reage afetivamente a ele, dialeticamente impactando-o e transformando-o. (Lemos; Magiolino; Silva, 2022)

Dessa forma, ao resgatar o questionamento inicial referente a complexa interação entre os fatores de risco (endógenos e ambientais) e a influência do meio no desenvolvimento do indivíduo, mas possíveis buscas de alteração de ambiente de forma precoce de tal forma que seja satisfatório para que consigam minimizar ou

reverter a trajetória dos traços psicopáticos incipientes já manifestados na infância. É possível pensar em estratégias dentro da literatura.

O manejo do cuidado dos pais, a qualidade do ambiente e dos estímulos recebidos, o cuidado necessário dos educadores, acompanhado de psicoterapia, são formas encontradas na literatura de se fazer uma possível mudança na rota do desenvolvimento do transtorno. São possíveis intervenções que podem ser feitas de forma precoce.

A prevenção de comportamentos disruptivos e do desenvolvimento de transtornos como o Transtorno de Conduta (TC) e o Transtorno Desafiador Opositivo (TDO) envolve ações voltadas ao fortalecimento das relações afetivas, à promoção de habilidades socioemocionais e ao acompanhamento adequado de crianças em contextos familiares e escolares.

Um dos principais fatores de proteção está na qualidade das interações familiares. Ambientes acolhedores, com regras claras, limites consistentes e demonstrações de afeto, contribuem significativamente para o desenvolvimento da autorregulação emocional e da empatia, reduzindo a probabilidade de comportamentos agressivos ou desafiadores. A presença de figuras de cuidado estáveis e responsivas é essencial para o desenvolvimento de vínculos seguros, que funcionam como base para a internalização de normas sociais e morais.

No contexto escolar, a educação socioemocional e o incentivo à cooperação e à resolução de conflitos favorecem a formação de comportamentos pró-sociais. Estratégias pedagógicas que valorizam o diálogo e a escuta também auxiliam na redução de comportamentos desafiadores, especialmente quando há uma parceria entre a escola e a família.

Quando surgem sinais iniciais de comportamentos desadaptativos, o acompanhamento psicológico é fundamental. Intervenções com foco no fortalecimento de habilidades sociais, na regulação emocional e no manejo de impulsos podem evitar que esses comportamentos se intensifiquem. Além disso, o treinamento parental é uma estratégia eficaz, pois auxilia os responsáveis a compreenderem as necessidades emocionais da criança e a adotarem práticas educativas mais assertivas e menos punitivas (Porfirio e Silva 2021)

A participação da criança em atividades esportivas, culturais e comunitárias também tem papel preventivo importante, proporcionando espaços de convivência

saudável, pertencimento e expressão emocional. Essas experiências contribuem para o desenvolvimento de valores de respeito, solidariedade e autocontrole, que são fundamentais para uma trajetória social adaptativa.

Em suma, a prevenção desses transtornos passa pela integração entre família, escola e comunidade, valorizando o cuidado, o afeto e o diálogo como pilares do desenvolvimento infantil saudável e da construção de comportamentos socialmente adequados.

5.5 PREVENÇÃO NA INFÂNCIA SOB O OLHAR HISTÓRICO-CULTURAL

Com base nos princípios da Psicologia Histórico-Cultural e na compreensão de que fatores ambientais como negligência, abusos e violência estão fortemente relacionados à manifestação de traços antissociais, as intervenções devem ser integradas e sistêmicas dos quais envolveriam a participação da família, escola e sociedade. O estudo do Transtorno de Personalidade Antissocial e suas possíveis intervenções no desenvolvimento infantil prioriza o papel do meio social, das interações e da cultura na formação das funções psicológicas superiores, incluindo a moral e a regulação emocional.

Embora o diagnóstico formal do Transtorno de Personalidade Antissocial não possa ser feito em crianças, é crucial identificar e monitorar traços de personalidade e comportamentos antissociais precoces, frequentemente associados ao Transtorno de Conduta ou ao Transtorno da Personalidade Antissocial na vida adulta.

Neste contexto, a Psicologia Histórico-Cultural oferece um referencial poderoso para intervenções. A PHC concebe o indivíduo como um ser biopsicossocial, cuja mente se constitui historicamente pela mediação (uso de instrumentos e signos) nas relações sociais.

Com base nessa perspectiva e após análise até aqui referenciada, é possível traçar orientações para garantir um desenvolvimento infantil adequado, servindo como um contorno para diluir aspectos que possam levar ao Transtorno Opositor Desafiante e, subsequentemente, ao Transtorno de Conduta.

Sob a ótica da PHC, as estratégias de prevenção podem ser direcionadas para três aspectos sendo: Fortalecimento da mediação social de qualidade, o uso do

brincar para o fortalecimento e desenvolvimento psicossocial e Identificação e Intervenção Precoce em Contextos de Risco.

a) Fortalecimento da mediação social de qualidade

São focadas na interação social e no meio cultural, que são centrais e determinantes para o desenvolvimento cognitivo e da personalidade. A Psicologia histórico-cultural busca transformar o ambiente e aprimorar a qualidade da interação social para promover o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores (FPS), como a moralidade e a autorregulação, as quais são prejudicadas no desenvolvimento de traços psicopáticos. Dessa forma, enriquecer o ambiente e garantir que a criança seja exposta a interações sociais significativas e vínculos afetivos seguros com cuidadores, educadores e pares mais experientes. Isso é indispensável para a internalização de normas sociais e a construção da subjetividade.

Outra forma seria facilitar o acesso à Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), criando espaços de aprendizagem ativa. Segundo Vigotski *apud* Veiga (2025), o desenvolvimento cognitivo está intimamente ligado às interações sociais e traz como principal estratégia para o favorecimento à ZDP, o aprendizado baseado em projetos e a mediação pedagógica trazendo como ferramentas fundamentais para potencializar o desenvolvimento infantil nos quais o adulto ou o par atua como mediador cultural, auxiliando a criança a regular seu comportamento, por exemplo, utilizando a linguagem para planejar e controlar impulsos, e a compreender o mundo ao seu redor.

b) Uso do Brincar para Desenvolvimento Psicossocial

O Jogo de Papéis é uma intervenção essencial, sendo considerada a atividade principal da idade pré-escolar (conforme a periodização de Elkonin-1998). A reconstituição das atividades adultas se dá por meio da utilização de objetos lúdicos, substitutos dos reais e de uma ação especial com eles: a ação lúdica. Promover intensamente essa prática é fundamental para o desenvolvimento saudável, pois o jogo simbólico opera como um poderoso mecanismo de mediação social. Segundo Marcolino, Barros e Mello (2014),

O jogo protagonizado surge com a nova posição social da criança: como não pode ser inserida na sociedade através de uma atividade diretamente útil, ela reconstitui, por meio do jogo, esferas da vida adulta que não lhe estão diretamente acessíveis. Assim, o uso dos objetos, as relações sociais e suas regras, que eram aprendidos pela criança no interior da atividade produtiva, serão agora aprendidos no jogo protagonizado que acontece no coletivo de crianças. (Marcolino; Barros; Mello, 2014)

Especificamente, o Jogo de Papéis pode proporcionar:

- Desenvolvimento da empatia e da perspectiva: Ao assumir o papel do outro (médico, professor, pai etc.), a criança é impelida a exercitar a empatia, compreendendo e internalizando diferentes perspectivas, emoções e motivações.
- Internalização Prazerosa de Regras: O jogo exige o seguimento voluntário de regras e normas de convivência inerentes ao papel social, facilitando a internalização de padrões éticos e sociais de forma lúdica e engajadora.
- Estímulo Simbólico e Cognitivo: O brincar de papéis oferece estímulos simbólicos e lúdico-educativos, utilizando o brinquedo (e outros objetos) como um instrumento simbólico que potencializa a aprendizagem, o pensamento abstrato e o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança.

Dessa forma, promover o brincar é uma ferramenta poderosa quando se pensa em promover a internalização de regras de forma prazerosa, podendo diminuir aspectos relacionados aos transtornos de comportamento e não favorecendo o seu desenvolvimento.

c) Identificação e Intervenção Precoce em Contextos de Risco

Diante da análise até aqui apresentada, ao se pensar em possibilidades efetivas e aprimorada na intervenção em contextos de risco requer uma abordagem focada na Identificação e ação precoce, sendo cruciais pensar em:

1. Ação Preventiva Ampla e Crucial: É imperativo realizar a identificação precoce de contextos ambientais de risco, como a presença de negligência, violência e instabilidade familiar. Essa etapa é crucial para evitar a cronificação dos fatores patológicos que desviam a trajetória do desenvolvimento.
2. Transformação e Reestruturação do Meio: As intervenções não podem se limitar ao indivíduo, mas devem objetivar a transformação dos ambientes

patológicos que restringem as possibilidades de desenvolvimento da criança. Prioriza-se, assim, a criação de um meio que ofereça:

- a. **Segurança e Vínculos:** Garantir a segurança física e emocional da criança e o fortalecimento de vínculos afetivos saudáveis e estáveis, essenciais para a formação da personalidade.
- b. **Alocação de Recursos:** Direcionar recursos (como tempo, energia e atenção dos cuidadores) de forma consciente para o crescimento, recuperação e desenvolvimento integral da criança, revertendo os danos causados pelas experiências adversas.

Sendo assim, a intervenção em contextos de risco para o desenvolvimento de transtornos de personalidade exige uma abordagem sistêmica e proativa. É crucial focar na identificação e ação precoce em ambientes de risco (negligência, violência), visando reverter a trajetória desenvolvimental da criança. As ações devem ir além do indivíduo, objetivando a transformação do meio para garantir segurança, estabilidade de vínculos afetivos e a alocação consciente de recursos que promovam seu desenvolvimento integral e previnam a cronificação de fatores patológicos.

5.6 TRANSTORNO DE PERSONALIDADE ANTISOCIAL (TPAS)

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5-TR (2022, p. 966):

A característica essencial do transtorno da personalidade antissocial é um padrão difuso de indiferença e violação dos direitos dos outros, o qual surge na infância ou no início da adolescência e continua na vida adulta. Esse padrão também já foi referido como psicopatia, sociopatia ou transtorno da personalidade dissocial. Visto que falsidade e manipulação são aspectos centrais do transtorno da personalidade antissocial, pode ser especialmente útil integrar informações adquiridas por meio de avaliações clínicas sistemáticas e informações coletadas de outras fontes colaterais. Para que esse diagnóstico seja firmado, o indivíduo deve ter no mínimo 18 anos de idade (Critério B) e deve ter apresentado alguns sintomas de transtorno da conduta antes dos 15 anos (Critério C). (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5-TR, p. 966, 2022)

A persistência da manifestação do Transtorno de Personalidade Antissocial desde a infância até a fase adulta tem sido tema de diversas investigações. Pesquisa realizada por Gomes *et al.* (2020), baseada em entrevistas com familiares de detentos,

identificou que características como frieza emocional, insensibilidade, impulsividade e comportamentos agressivos já estavam presentes na infância desses indivíduos. Esses relatos reforçam a hipótese de que os traços psicopáticos podem se manifestar precocemente, e que sua consolidação na vida adulta está associada a múltiplos fatores de risco, como negligência, abuso e ausência de vínculos afetivos seguros.

Para além dos aspectos clínicos e diagnósticos, é necessário refletir sobre os aspectos sociais e culturais que permeiam a construção do Transtorno de Personalidade Antissocial. Santos e Almeida (2021), argumentam que a sociedade contemporânea, marcada pela cultura do medo e pelo punitivismo, tende a reforçar estereótipos sobre indivíduos psicopatas, muitas vezes ignorando a complexidade do fenômeno. Nessa perspectiva, o Transtorno de Personalidade Antissocial é tratado não apenas como uma categoria diagnóstica, mas como um dispositivo de controle social que legitima a exclusão de sujeitos considerados perigosos.

Além disso, segundo Santos e Almeida (2021), há uma tendência de associação automática entre o Transtorno de Personalidade Antissocial e comportamento antissocial, o que empobrece a compreensão do fenômeno. Os autores propõem uma leitura mais crítica e abrangente, considerando fatores históricos, culturais e subjetivos que influenciam tanto o diagnóstico quanto o tratamento do Transtorno de Personalidade Antissocial na vida adulta.

Dessa forma, compreende-se que o Transtorno de Personalidade Antissocial na vida adulta não pode ser analisada unicamente sob uma ótica biologicista ou comportamental. É necessário integrar diferentes perspectivas, neurocientífica, psicossocial e crítica, para que se possa compreender a complexidade do transtorno e, principalmente, construir estratégias de intervenção que considerem a singularidade de cada sujeito.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), os distúrbios de conduta são um conjunto de problemas e comportamentos repetidos, agressivos, violentos, antissociais ou desafiadores, capazes de violar regras, deveres e normas sociais. Nesta categoria estão o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) e o Transtorno de Conduta (TC). O TOD caracteriza-se por um padrão de comportamentos hostis, desafiadores e desobedientes, iniciados normalmente entre seis e oito anos, raramente após o início da adolescência. Assim, as pessoas acometidas deste transtorno não se sujeitam a regras, por não se

conformarem com as exigências de outros, e tendem a enfrentar e questionar os adultos ou figuras de autoridade que tentam colocar regras e estabelecer limites para com eles.

Quantitativamente, o transtorno atinge uma média de 6% das crianças e adolescentes, e é similar em ambos os gêneros, porém, apresenta-se com maior persistência em crianças do gênero masculino, e suas características variam de acordo com a idade da criança e a gravidade do transtorno (Bernardo *et al.*, 2017). Dessa forma, para se confirmar o Transtorno de Personalidade Antissocial, é necessário ter tido tais diagnósticos na infância (TOD) e na adolescência (TC), para que assim, na vida adulta, possa se propor o diagnóstico de Transtorno de Personalidade Antissocial.

5.7 INTERVENÇÃO NA VIDA ADULTA

O manejo clínico dos indivíduos diagnosticados com Transtorno de Personalidade Antissocial é desafiador, mas algumas intervenções têm sido desenvolvidas com o intuito de reduzir comportamentos de risco e promover algum grau de adaptação social. A seguir, são apresentadas as principais abordagens terapêuticas com respaldo na literatura científica.

a) Programas de reabilitação em ambientes institucionais

Programas de reabilitação estruturados, aplicados em prisões ou instituições psiquiátricas, têm sido utilizados para promover mudanças comportamentais por meio de reforço positivo e treinamento em habilidades sociais. Wong e Hare (2005) desenvolveram diretrizes específicas para o tratamento de psicopatas em contexto prisional, com ênfase no controle da violência e na redução de reincidência. Embora a mudança de traços de personalidade seja improvável, o comportamento pode ser modificado com o tempo.

b) Medicação como recurso complementar

Alguns medicamentos podem ser utilizados para controle de sintomas como agressividade e impulsividade. Blair (2008) aponta que alterações no funcionamento da amígdala e do córtex pré-frontal ventromedial podem justificar o uso de antipsicóticos atípicos e estabilizadores de humor em determinados casos. A medicação, portanto, deve ser considerada como recurso complementar à intervenção psicossocial.

c) Políticas Públicas

Mesmo após a consolidação dos traços psicopáticos, ações preventivas secundárias e terciárias podem reduzir danos e prevenir reincidência. A prevenção secundária envolve a detecção precoce de comportamentos antissociais e a intervenção em situações de risco, como o acompanhamento psicológico em escolas, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPS AD). A prevenção terciária, por sua vez, concentra-se na redução da reincidência e no fortalecimento de trajetórias sociais adaptativas, por meio de programas de reeducação, justiça restaurativa e acompanhamento psicossocial contínuo.

Além disso, políticas públicas e intervenções comunitárias, como a justiça restaurativa, programas de saúde mental comunitária e projetos de reintegração social, desempenham papel fundamental ao promover responsabilização, ressocialização e redução da estigmatização social, contribuindo para a construção de trajetórias mais adaptativas e menos prejudiciais ao convívio social.

d) Intervenções Psicossociais

Além das intervenções individuais, a reintegração social e o fortalecimento de vínculos são fundamentais.

- **Programas de Reabilitação e Ressocialização:** atividades laborais, educacionais e terapêuticas em instituições penais, incluindo oficinas de

trabalho e acompanhamento psicossocial, contribuem para reduzir a reincidência criminal.

- **Oficinas de Educação Emocional e Ética:** promovem o reconhecimento de emoções, limites e consequências sociais, alinhadas à educação moral de Piaget e Kohlberg.
- **Grupos de Terapia Comunitária:** fortalecem empatia e senso de pertencimento, baseados nos conceitos de mediação social de Vigotski (2001) e educação libertadora de Freire (1996).

e) Intervenções Educativas e Ocupacionais

O desenvolvimento de habilidades ocupacionais e educacionais contribui para autonomia, responsabilidade e reintegração social. Programas de capacitação profissional e educação de jovens e adultos (EJA) aumentam autoestima e reduzem exclusão social, fatores de risco para comportamentos antissociais.

6 CONCLUSÃO

Compreender os estágios do desenvolvimento infantil sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, a partir das contribuições de Vigotski, Leontiev, Elkonin, e Luria, nos permite compreender que o desenvolvimento humano se organiza em uma sequência temporal, porém dinâmica e não rígida. Os estágios não são estruturas fixas, ao contrário, transformam-se conforme as condições histórico-sociais que influenciam tanto o conteúdo de cada período quanto o próprio curso durante o processo de desenvolvimento. Ressalta-se que as formulações desses autores foram produzidas em um contexto específico, a União Soviética do início do século XX e, portanto, sendo incoerente com os próprios pressupostos da obra dos autores transferi-los de modo linear e imediato para nossa realidade. Entretanto, é possível usar análise trazendo para o contexto atual para auxiliar na compreensão das diferenças de realidades que nos cercam.

Ao relacionar os fatores presentes na infância com a manifestação, na vida adulta, de comportamentos associados ao Transtorno de Personalidade Antissocial, evidenciou-se que o ambiente social em que a criança está inserida exerce influência significativa na constituição de sua personalidade. Contextos marcados por negligência, violência física, psicológica ou sexual, bem como a privações materiais e afetivas, podem impactar de forma profunda o processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, reforça-se a necessidade de compreender o sujeito de forma contextualizada, reconhecendo que suas formas de agir, pensar e sentir são mediadas por relações sociais, práticas culturais e pelas oportunidades (ou limitações) de desenvolvimento oferecidas ao longo da vida. As experiências vivenciadas desde o período infanto-juvenil podem influenciar significativamente a construção da visão de mundo do indivíduo, podendo, em alguns casos, consolidar modos de funcionamento que sustentam comportamentos antissociais. Assim, a intervenção precoce torna-se um elemento central para prevenir a cristalização desses padrões, favorecendo a ampliação de recursos cognitivos, emocionais e relacionais.

O papel do psicólogo, nesse contexto, mostra-se de extrema relevância. Sua atuação não se restringe ao atendimento direto do indivíduo, mas abrange também o suporte à família, frequentemente afetada pela sobrecarga emocional diante de comportamentos desafiadores, e o trabalho articulado com a escola e outros espaços educativos. Identificar e intervir em sinais precoces, como comportamentos

persistentes de oposição, agressividade, dificuldades na regulação emocional ou condutas associadas ao Transtorno de Conduta, possibilita mitigar a consolidação de padrões antissociais e promover habilidades socioemocionais mais adaptativas. Em última instância, essas intervenções visam reduzir comportamentos prejudiciais, fortalecer estratégias de enfrentamento e ampliar a qualidade de vida, prevenindo desfechos mais graves no futuro.

Por fim, reconhece-se que essas pesquisas que correlacionam desenvolvimento infantil e Transtorno de Personalidade Antissocial ainda são escassas, especialmente no campo da Psicologia Histórico-Cultural. Assim, este trabalho não pretende esgotar as possibilidades de investigação sobre o tema. Ao contrário, ressalta-se a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a compreensão dessa relação e ampliem o debate sobre intervenções possíveis, envolvendo família, escola, comunidade e políticas públicas. Acredita-se que esse percurso ainda carece de maiores investimentos teóricos e práticos, mas é fundamental para a construção de estratégias preventivas e para o fortalecimento de condições sociais que promovam trajetórias desenvolvimentais.

REFERÊNCIAS

- ACHENBACH, T. M.; RESCORLA, L. A. **Manual for the ASEBA Preschool forms & Profiles**. University of Vermont, Research Center for Children, Youth & Families, 2001.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2022.
- BERNARDO, A. *et al.* **Revisão da literatura sobre Transtorno Opositivo Desafiador e Transtorno de Conduta: causas/proteção, estratégia escolar e relação com a criminalidade**. *Ciência e Cognição*, Marabá, v. 26 (2), p. 360-369, 2021.
- BLAIR, R. J. R. **A amígdala e o córtex pré-frontal ventromedial na moralidade e na psicopatia**. *Tendências em Ciências Cognitivas*, v. 11, n. 9, p. 387–392, 2008.
- BORSA, J. C.; NUNES, M. L. T. **Saúde mental infantil: fatores de risco e de proteção**. *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, v. 87, n. 1, p. 28–35, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/TzsQpFygsrFwvLRbbSkCtbm>. Acesso em: 06.mai.2025.
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). **Atlas da Violência 2025**. Brasília; São Paulo: Ipea; FBSP, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/>. Acesso em: 03.mai.2025.
- COSTA, T. D. R.; GOMES, M. D. C. **Desenvolvimento infantil e contexto institucional: possibilidades de intervenção lúdica**. *Revista PROEX*, São Paulo, v.3, n.5, p.52-62, 2011. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1527. Acesso em: 06.mai.2025.
- ELKONIN, D. B. **Psicologia do jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- FACCI, M. **A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski**. *Cadernos Cedes*, 24(62), 64-81, 2004. Acesso em: 16.mai.2025.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, A. S. *et al.* **As características do psicopata desde a infância contadas por seus familiares**. *Revista Diáphora*, v. 3, n. 1, p. 58-74, 2020. Disponível em: <https://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/140/144>. Acesso em: 16.mai.2025.
- LEMOES, A. S. C.; MAGIOLINO, L. L. S.; SILVA, D. N. H. **Desenvolvimento e Personalidade: o papel do meio na primeira infância**. *Educação & Realidade*, v. 47, p. e116926, 2022.

MARCOLINO, S.; BARROS, F. C. O. M. DE .; MELLO, S. A. **A teoria do jogo de Elkonin e a educação infantil**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 18, n. 1, p. 97–104, jan. 2014. Acesso em: 18.nov.2025

PAPALIA, D. E.; MARTORELL, G. **Desenvolvimento humano**. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2022

PASQUALINI, J. C. **A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil**. Psicologia em Estudo, v. 14, n. 1, p. 31–40, jan. 2009. Acesso em: 08.mai.2025.

PINO, A. **A criança e seu meio: contribuição de Vigotski ao desenvolvimento da criança e à sua educação**. Psicologia USP, v. 21, n. 4, p. 741–756, 2010.

PORFIRIO, B. L. de S.; SILVA, L. M. F. da. **Fatores biológicos e ambientais na constituição da psicopatia e um levantamento teórico para sua prevenção**. Revista Psicoatualidades, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 20–29, 2021. Disponível em: <https://periodicosfacesf.com.br/index.php/Psicoatualidades/article/view/266>. Acesso em: 08.mai.2025.

SANTOS, T. F.; ALMEIDA, R. **O novo psicopata: para além do antissocial**. Revista Raízes no Direito, v. 5, n. 2, p. 35-50, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/raizesnodireito/article/view/4859>. Acesso em: 08.mai.2025.

SARMENTO, M. J. **A sociologia da Infância portuguesa e o seu contributo para o campo dos estudos sociais da infância**. Contemporânea, 8 (2), 385-405, 2018.

SCARPARO, M. O. **Comportamento social e volume de substância branca cerebral em adolescentes vítimas de maus tratos**. 2016. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Fisiopatologia Experimental, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

VEIGA, B. S. V. **Primeira Infância e Aprendizagem: uma visão de Piaget e Vygotsky** (2025).

VYGOTSKY, L. S. **Obras Escogidas IV**. Madrid: Visor Distribuciones, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1933.

VYGOTSKI, L. S. (1995). **Obras escogidas** (Vol. 3). Madrid: Visor.

WONG, S.; HARE, R. D. **Diretrizes para um programa de tratamento da psicopatia**. Ottawa: Serviço Correcional do Canadá, 2005.